MULHERES NA POLÍTICA
Ou uma visão *de fora* sobre as mulheres na política

[José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, 133 pp.]

Conceição Nogueira
Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

O livro *Mulheres na Política*, de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, editado em Fevereiro de 1999, resultou (conforme os autores referem) "de uma pesquisa encomendada pelo Ex. mo Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. Vitalino Canas, ao CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa". Esta encomenda teve como pano de fundo a "necessidade sentida pelo Governo de conhecer, através de um estudo sociológico, qual o impacto nos partidos políticos do estabelecimento de quotas para os dois sexos nas listas para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, se estas viessem (ou vierem) a ser aprovadas", nas palavras da Ex. Sr.ª Dra.ª Joana de Barros, na data Alta Comissária para a Igualdade e a Família, no seu prefácio a este livro.

Conforme os próprios autores salientam, para atingir esse objectivo final seria necessário fazer a análise do "fenómeno na sua expressão actual e antecedentes, nas suas raízes políticas e sociais, nas dinâmicas de mudança ocorridas e das que se prefiguram" para além da comparação necessária com a situação existente noutros países europeus "particularmente as políticas activas accionadas e os seus resultados".

Assim o livro apresenta-se constituído por quatro partes distintas em função dos diferentes objectivos a alcançar.

Num primeiro capítulo, intitulado "Políticas e medidas activas de incentivo à participação feminina nos órgãos de poder político: análise comparativa a nível europeu", são analisadas as "políticas e medidas accionadas em diversos países, as dificuldades havidas e os resultados conseguidos".

Uma "resenha panorâmica da condição feminina portuguesa e do que tem sido a sua tradução política no intervalo democrático inaugurado em 1974" é o objectivo pretendido com a apresentação do segundo capítulo: "A condição feminina Portuguesa e a sua tradução política: panorama e tendências". Depois de uma ligeira análise da realidade nacional no que diz respeito à integração das mulheres nos diferentes sectores da esfera social, analisam os "dados quantitativos dos resultados eleitorais para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu e das respectivas listas de candidatura, em termos da representação por sexos, da sua evolução no tempo e da sua expressão diferenciada por partido político e dimensão dos círculos eleitorais".

No terceiro capítulo, "Partidos Políticos e incentivos à participação política feminina: condicionalismos actuais e perspectivas de mudança", os autores

analisam os partidos políticos, "a sua estrutura interna em termos de representação por sexos, as directivas formais e informais sobre o problema em causa, as dificuldades que se apresentam e as diversas opções para as ultrapassar".

Terminam no quarto e último capítulo, "A tradução política da condição feminina portuguesa e o futuro: cenários prospectivos", com aquilo que consideram ser a sequência natural do estudo e que diz respeito, ainda que de forma esboçada, a uma "avaliação prospectiva das oportunidades de acesso feminino aos órgãos de decisão, designadamente à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu", tentando então responder à questão principal, isto é, "às previsíveis consequências da aplicação da lei das quotas a nível partidário e do sistema político em geral".

Depois de apresentado o livro, urge equacionar algumas ideias que poderão de algum modo esclarecer o próprio título desta recensão, isto é, "mulheres na política ou uma visão *de fora* sobre as mulheres na política".

Se, ao ler-se os capítulos um e três, nos podemos confrontar com dados apresentados de forma mais ou menos objectiva, relativos à percentagem de mulheres na política, quer nos diferentes países e em função do sistema eleitoral assim como das medidas encetadas (cap. I), quer nos partidos políticos portugueses (cap. III), já no segundo capítulo nos confrontamos com afirmações que nos levantam, senão alguma perplexidade, pelo menos uma preocupação relativamente à forma como os desenvolvimentos nos estudos feministas parecem ser desconhecidos para muitos cientistas sociais.

Referimo-nos em primeiro lugar à utilização do termo "género". Apesar da sua evidente ambiguidade nas ciências sociais, o certo é que independentemente da perspectiva de "género" que se adopte, este termo é sempre utilizado para nos referirmos a características sociais, culturais e psicológicas associadas ao sexo biológico. Neste livro, e especificamente no capítulo II, o termo é utilizado de forma aleatória conjuntamente com termos como mulheres e sexo feminino, raramente dizendo respeito às características sociais, culturais ou psicológicas associadas à categoria sexual. Assim, títulos de quadros como "taxa de actividade por género", "taxa de desemprego por género" para se referirem aos dados obtidos do INE, ou "o género feminino é quantitativamente preponderante (54, 4%)" são citações que resultam incongruentes.

Em segundo lugar, e ainda relativamente a algumas explanações feitas no capítulo II, assiste-se à admissão sem crítica nem reservas daquilo que designamos por perspectiva de *blame de victim*, isto é, a fraca participação das mulheres na política passa também, segundo os autores, por uma inquestionável falta de "algo" por parte das mulheres. Tendo por base um estudo anteriormente realizado por Villaverde Cabral, os autores aceitam como dado adquirido e assumem que "ainda que possam ser as mulheres que, em geral, estão mais predispostas e até mobilizadas no sentido de rever a sua situação social, o certo é que elas têm interiorizado ao nível das suas disposições e dos seus roteiros cognitivos e morais um conjunto de atitudes que tende, se não a reforçar, pelo menos a manter uma postura submissa e, por isso, sintonizada com o estado de coisas vigente" (p. 44). Esta afirmação baseia-se nos dados obtidos pelo estudo atrás referido relativos à apresentação dos índices de mobilização cognitiva, índice de possibilidade de influência e índice de

distância ao poder. Segundo o estudo de base as mulheres apresentam inferior resultado em todos os três índices, levando os autores deste trabalho a assumir por exemplo, no que diz respeito ao primeiro índice, que "embora, por si só, o índice de mobilização cognitiva não permita explicar em absoluto como opera socialmente todo o complexo de resistências (manifestas e latentes) que obstam a uma maior participação do género feminino nos órgãos e nos processos de decisão, *não há espaço para duvidar* (o sublinhado é nosso) que a desigual capacidade de produção e sustentação de argumentos tem alguma influência sobre a desmobilização cívica e política demonstrada pela generalidade das mulheres portuguesas" (p. 45). Se a ideia se associar à convicção de que um índice que mede a *ilusão* de influência sobre o rumo de Portugal (índice de possibilidade de influência) está relacionado com a *real* distância ou proximidade do poder, então compreende-se como os autores possam afirmar: "as mulheres, elas mesmas, tendem de algum modo a manter-se afastadas do poder e, assim sendo, a afastar-se dele, contribuindo deste modo para a reprodução das condições que animam e sustentam o quadro de dominação masculina" (p. 46).

Parece-nos que o tema das mulheres na política, para além da necessidade de conhecimento dos dados reais, isto é, dos números, necessita de maior reflexão, análise e crítica. Aceitar pacificamente como causas para um fenómeno aquilo que outras análises podem apontar como consequências pode conduzir a uma visão reducionista e simplista do fenómeno em causa. Temos de concordar com os autores quando a determinado passo referem: "Traçado atrás, se bem que com economia e alguma ligeireza, o quadro panorâmico das contingências sociais que fundam e fundamentam a desigual capacidade de acesso dos sexos aos centros de poder...". Existem situações onde a economia pode ser prejudicial, sendo óbvio que a ligeireza o é quase sempre...

Concluindo, podemos dizer do mesmo modo *que não há espaço para duvidar* que a falta de aprofundamento relativamente aos estudos sobre as mulheres ou aos estudos de género pode implicar uma ausência de reflexividade na apresentação de dados importantes relativos a uma situação particular "sobre mulheres".